



Mudanças Introduzidas pelo Código de Processo Civil de 2015

Autor(res)

Felipe Rossi De Andrade
Ana Paula Monteiro Da Silva
Criskelly Braga Da Silva
Joana Karolina Dos Santos Soares

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE BRASÍLIA

Introdução

O cumprimento de sentença é a fase destinada à concretização da decisão judicial transitada em julgado. Com a entrada em vigor do Código de Processo Civil de 2015, essa etapa ganhou maior atenção do legislador, que buscou imprimir maior celeridade e efetividade ao processo. Nesse contexto, a jurisprudência assume papel central, orientando a prática jurídica e promovendo uniformidade na interpretação dos dispositivos legais. Assim, torna-se relevante analisar como os tribunais vêm aplicando as novas diretrizes legais, especialmente no tocante às astreintes, honorários advocatícios e medidas executivas atípicas.

Objetivo

O presente trabalho tem por objetivo analisar a aplicação da jurisprudência nos processos de cumprimento de sentença à luz do Código de Processo Civil de 2015, com ênfase nas decisões sobre astreintes, honorários advocatícios e a adoção de medidas executivas atípicas.

Material e Métodos

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa e documental, com base em revisão bibliográfica e análise de jurisprudência recente dos tribunais superiores, especialmente do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Foram utilizados como principais instrumentos de investigação doutrinas consagradas sobre o cumprimento de sentença, artigos científicos atualizados e decisões judiciais extraídas de repositórios oficiais. A seleção das decisões observou critérios de relevância e atualidade, considerando-se julgados com repercussão prática e teórica. A metodologia visa compreender como os tribunais estão interpretando e aplicando os dispositivos do CPC/2015 e quais impactos essa jurisprudência tem produzido na efetivação da tutela jurisdicional.

Resultados e Discussão

A análise jurisprudencial evidencia que os tribunais vêm interpretando os dispositivos do CPC/2015 com vistas à efetividade da execução judicial. No REsp 1.333.988/SP, o STJ consolidou o entendimento de que as astreintes podem ser fixadas ou majoradas na fase de cumprimento, mesmo que não previstas anteriormente. No que tange aos honorários advocatícios, o AgInt no REsp 1.738.459/PR reafirma a sua incidência mesmo quando a



impugnação ao cumprimento é parcialmente acolhida. Quanto às medidas executivas atípicas, o HC 411.019/SP demonstra que o Judiciário tem admitido formas de coerção indireta, como a suspensão da CNH e do passaporte, em prol da satisfação da obrigação. Tais decisões revelam uma tendência do Judiciário em ampliar os mecanismos de coerção disponíveis, reforçando o papel instrumental do processo na efetividade do direito material.

Conclusão

Conclui-se que a jurisprudência vem desempenhando papel essencial na concretização das diretrizes do Código de Processo Civil de 2015 no âmbito do cumprimento de sentença. As decisões analisadas indicam uma interpretação flexível e pragmática das normas processuais, permitindo maior efetividade da tutela jurisdicional. A tendência de aceitação das medidas executivas atípicas e a consolidação dos honorários na fase de cumprimento demonstram a busca por um processo mais eficiente e coerente com os princípios constitucionais do acesso à justiça e da duração razoável do processo.

Referências

- BRASIL. Código de Processo Civil. Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015. - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Jurisprudência selecionada. Disponível em: (ligação indisponível) - DIDIER JR., Fredie. Curso de Direito Processual Civil. Vol. 3. 19ª ed. Salvador: JusPodivm, 2022. - MARINONI, Luiz Guilherme. Novo Código de Processo Civil: Comentado artigo por artigo. São Paulo: RT, 2016.